



EDITAL N.º 336/2025

Luís Manuel Souto de Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, faz público que por seu despacho de 10 de dezembro de 2025, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 34º, e no n.º 2 do artigo 36º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos artigos 44º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, foi alterado o despacho de delegação e subdelegação de competências na Sra. Vereadora Eng.^a Ana Cláudia Pinto de Oliveira para o mandato 2025/2029, assinado em 2 de dezembro de 2025, no que concerne às competências de Ruído.

Mais faz publico que o referido Despacho de Delegação de Competências se encontra em anexo, ficará disponível para consulta no Atendimento Público da Câmara Municipal de Aveiro, sito no Cais da Fonte Nova, em Aveiro, e no sítio eletrónico do Município de Aveiro em www.cm-aveiro.pt.

Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente edital que vai ser afixado nos lugares do costume e ficará disponível no sítio eletrónico do Município de Aveiro em www.cm-aveiro.pt/Câmara Municipal.

Município de Aveiro, 22 de dezembro de 2025

O Presidente da Câmara

Prof. Doutor Luís Manuel Souto de Miranda



CERTIDÃO

Isabel Maria Reis Fernandes funcionária desta Câmara Municipal de Aveiro:

CERTIFICO que afixei hoje, no Gabinete de Atendimento Integrado, 1(um) exemplar do Edital, que antecede, o qual é composto por uma página, e 1 anexo por 2 páginas.

Por ser verdade, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso nesta Entidade.

Aveiro, 22 dezembro de 2025

O Coordenador Técnico,

Isabel Fernandes



2/21
11.12.25

Câmara Municipal de Aveiro

**DESPACHO DE DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE RUÍDO
NA SR.ª VEREADORA ENG.ª ANA CLÁUDIA PINTO DE OLIVEIRA**

Considerando:

1. Os despachos de designação dos Vereadores em regime de tempo inteiro e permanência de 3 de novembro e 5 de novembro de 2025;
2. Os despachos de atribuição de Pelouros, datados de 3 de novembro de 2025 e 5 de novembro de 2025;
3. O “Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências nos Senhores Vereadores em regime de tempo inteiro e permanência para o mandato 2025/2029”, que subscrevi a 2 de dezembro de 2025;
4. Todas as normas e princípios que fundamentaram a elaboração do referido despacho de Delegação e Subdelegação de Competências nos Senhores Vereadores em regime de tempo inteiro e permanência, que se aplicam igualmente ao presente;
5. O órgão delegado deve mencionar essa qualidade no uso da delegação (art.º 48.º do CPA);
6. Que o órgão delegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados (n.º 1, do art.º 49.º do CPA);
7. Que o órgão delegante tem o poder de avocar, bem como o de anular, revogar ou substituir o ato praticado pelo delegado ao abrigo da delegação (n.º 2, do art.º 49.º do CPA).

Determino, de acordo com o disposto no artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos artigos 44.º e seguintes do CPA, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, **alterar** o referido “**Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências nos Senhores Vereadores em regime de tempo inteiro e permanência para o mandato 2025/2029**”, que subscrevi a 2 de dezembro de 2025, no que concerne às competências em matéria de **Ruído**, passando, por razões de eficiência orgânica, as seguintes

competências aí delegadas/subdelegadas no Sr. Vereador Dr. Rui Manuel Domingues Santos, concretamente no seu ponto 1.6, a ficar delegadas/subdelegadas na Sr.ª Vereadora Eng.ª Ana Cláudia Pinto de Oliveira:

1. Licenciar atividades ruidosas temporárias, mediante Licença Especial de Ruído, prevista no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, em conjugação com o estabelecido no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, na sua redação atual, após prévia instrução dos pedidos nos termos regulamentares;
2. Autorizar, cumpridos os requisitos regulamentares, os requerimentos para instalação de limitadores acústicos em estabelecimentos, nos termos regulamentares;
3. Decidir, após instrução e análise técnica, as reclamações em matéria de ruído, no âmbito do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de agosto;
4. Emitir a licença especial de ruído para obras particulares prevista no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, após prévia instrução dos pedidos e devidamente autorizados nos termos regulamentares.

O presente Despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

Publicite-se, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 47.º e artigo 159.º, ambos, do Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).

Aveiro, 10 de dezembro de 2025

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro



Luis Manuel Souto de Miranda

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Registo N.º: 107 /Ano: 2025
Interna de 22/12/2025
Classif.: 100.10.600
Registado por: ifemendes
Registado a: 22/12/2025 12:32:51

MyDoc Win Gestão Documental - 22/12/2025